

10º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

DRAMATIZANDO A CIDADANIA FISCAL

Leandro Henrique Romão¹

A Educação Fiscal e o controle social são temas que devem ser abordados com toda a sociedade como forma de aumentar a compreensão dos cidadãos sobre a importância social e econômica dos tributos, bem como da participação de todos no acompanhamento do orçamento público, no estabelecimento de políticas públicas e no combate à sonegação e à corrupção. O projeto de Extensão “Dramatizando a Cidadania” surgiu da busca de maneiras alternativas e atrativas de trabalhar as temáticas da cidadania fiscal e tem como principal objetivo trabalhar os princípios da Educação Fiscal, utilizando-se do potencial educativo do teatro. Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo projeto está a peça “O Auto da Barca do Fisco”. O texto foi escrito por Marcílio Hubner de Miranda Neto no ano de 2003. Atuam na peça alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos da UEM, bem como voluntários da comunidade externa. As apresentações são realizadas em eventos específicos de Educação e Cidadania Fiscal e também em semanas acadêmicas, congressos e feiras escolares. A peça é sempre precedida de palestra sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal e sobre o Controle Social. Mediante agendamento, é levada a crianças, jovens, adultos e idosos de inúmeras cidades do Brasil e das mais variadas formações, tais como alunos do ensino básico, universitários, servidores públicos, empresários, políticos entre outros. Busca mostrar que do mundo medieval para o mundo contemporâneo as desigualdades, a injustiça social, a exploração de uma nação por outra e a corrupção tem muito em comum. À semelhança de Gil Vicente, critica o modo de vida distorcido de vários elementos de nossa sociedade. Estão presentes também elementos do teatro moderno inspirados na obra “O Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna, que pela intervenção da compadecida, procura ressaltar o lado bom das pessoas, portanto, traz consigo uma mensagem de esperança no sentido de que o bem e o mal habitam dentro de todos, mas que o mal só predomina quando o sujeito é submetido a dificuldades extremas ou a uma formação moral distorcida. Dessa forma, entendemos que o teatro é muito mais do que um mero local de entretenimento, mas também um palco, onde se aprende e ensina. O projeto busca, por meio do lúdico, disseminar conhecimento com intuito de melhorar o cenário em que vivemos atualmente.

Palavras-Chave: Educação Fiscal. Teatro.

Área temática: Cultura

Coordenadora: Sônia Trannin de Mello. Email: stmello@uem.br. Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM – MUDI.

Introdução

No Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estatais e sua normatização está expressa no Sistema Tributário Nacional, regido

¹ Acadêmico Bolsista do Museu Dinâmicos Interdisciplinar - Curso de Artes Cênicas da UEM.

por princípios constitucionais (BRASIL, 2009), contudo, grande parte da população brasileira ainda não sabe por que e para quem paga tributos.

A Educação Fiscal é uma proposta que visa instrumentalizar a sociedade para que os cidadãos possam ter noção do contexto em que vivem e de como podem colaborar para a melhoria da vida social. Segundo COSTA & NORONHA (2003), o controle social constitui uma forma de participação da sociedade nas decisões e avaliações.

A disseminação de conceitos de Educação Fiscal, como por exemplo: função social dos tributos, direitos e deveres do cidadão e fiscalização da aplicação dos tributos, contribui para combater o mau uso do dinheiro público e suas consequências sociais devastadoras, além de favorecer o exercício pleno da cidadania na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

De acordo com TONELA (2006) a participação social tem sido defendida como fundamental para o controle das contas públicas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, é considerada um marco para a participação social.

O projeto Dramatizando a Cidadania Fiscal, por meio da peça teatral “O Auto da Barca do Fisco” tem como objetivo a utilização da linguagem cênica para promover reflexões sobre o papel de cada cidadão no que diz respeito à correta utilização dos recursos públicos.

Metodologia

O texto foi escrito por Marcílio Hubner de Miranda Neto, no ano de 2003, especificamente para trabalhar os princípios da Cidadania Fiscal. Atuam na peça alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos da UEM, bem como voluntários da comunidade externa. As apresentações são realizadas em eventos específicos de Educação e Cidadania Fiscal e também em semanas acadêmicas, congressos e feiras escolares. A peça é sempre precedida de palestra sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal e sobre o Controle Social.

Discussão dos resultados

A participação no projeto tem permitido aos estagiários bolsistas do curso de artes cênicas oportunidade única de experiência prática do uso do teatro como metodologia de ensino, além da possibilidade de vivenciar os bastidores e palco de encenação.

A peça teatral, em sua dramaturgia, apresenta uma linguagem acessível permitindo a quem assiste compreender conceitos de Educação Fiscal e ética de uma forma lúdica. O autor inspirou-se em duas peças teatrais: “O Auto da Barca do Inferno” de Gil Vicente, que à época, já criticava o modo distorcido de vários elementos da sociedade e “O Auto da Compadecida” de Adriano Suassuna que, pela intervenção da compadecida, procura ressaltar o lado bom das pessoas, trazendo uma mensagem de esperança.

Dessa forma, nesta adaptação, diversos personagens, que representam membros da sociedade, são julgados pelos seus atos enquanto cidadãos. Utiliza uma linguagem cômica para atingir diversos públicos, mas sempre traz junto informações sobre a importância da fiscalização da aplicação do dinheiro público, função social dos tributos, direitos e deveres do cidadão.

O personagem representado é chamado genericamente de “Auditor ruim”. Um auditor fiscal da República das Araucárias que demonstra possuir um grande conhecimento sobre o seu trabalho como auditor, sabendo inclusive a finalidade dos tributos, o que aparece em uma de suas falas: *“Os tributos têm por finalidade proporcionar serviços públicos de qualidade para toda população, tais como serviços de saúde, educação, pavimentação de ruas, etc”*. Contudo, desdenha do treinamento que recebeu sobre Educação Fiscal.

Com um ar de arrogância ele deixa claro que não realizou corretamente o seu trabalho, mas não por incompetência, e sim por falta de interesse e respeito pelo cidadão brasileiro, como aparece em outra de suas falas: *“Que educação que nada! Eu gostava mesmo era de multar, passear e fazer algumas comprinhas com meu super cartão corporativo”*. No texto esse personagem é punido, mas, infelizmente, nem sempre vemos fora do palco uma verdadeira punição às pessoas que não trabalham corretamente com o dinheiro público do nosso país.

O texto é dinâmico e continuamente reescrito. Sem perder a essência da adaptação, autor e elenco mantém a temática atualizada e encorajam os cidadãos a fiscalizarem os atos dos governantes e os gastos públicos. Encenada por voluntários, desde 2004, já alcançou um público de mais de 100.000 pessoas em 239 apresentações realizadas em diferentes Estados Brasileiros.

Considerações finais

A peça nos mostra que pouco mudou, em relação ao pensamento da civilização desde o século XVI até os dias de hoje, quanto ao dever de zelar pelos nossos direitos. Que não temos consciência de como deve ser aplicado o dinheiro público e assim sendo continuamos em um mundo de exploração e injustiça social.

Sentir que podemos colaborar e contribuir, com o trabalho que vem sendo desenvolvido no projeto, para uma mudança no comportamento da sociedade em relação à função sócio-econômica do tributo tem sido muito gratificante e tem permitido crescimento pessoal e acadêmico. A mensagem mais marcante do texto é a de que somos todos responsáveis pela sociedade que vivemos e que pequenas mudanças podem fazer a diferença. Possivelmente, a grande maioria dos expectadores que já assistiram a essa peça, também fizeram uma reflexão e talvez uma transformação em relação ao seu papel como cidadão.

Dessa forma, entendemos que o teatro é muito mais do que um mero local de entretenimento, mas também um palco, onde se aprende e ensina. O projeto busca, por meio do lúdico, disseminar conhecimento com intuito de melhorar o cenário em que vivemos atualmente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009. 58p.(Série Educação Fiscal. Caderno 3). Disponível em:
http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/Edu_Fiscal2008/PDF/caderno_3.pdf

COSTA, A.; NORONHA, J.C. Controle Social na Saúde: construindo a gestão participativa. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v.67,n.65,p.358-363, set./dez.2003. Disponível em:

http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesinicias/Ensinodecienciasnasseriesinicias_Artigo2.pdf

TONELLA, C. Poder Local e políticas públicas: o papel dos conselhos gestores. Maringá-PR: Eduem, 2006.

MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR (MUDI). Espetáculos Educativos, Maringá. Disponível em:

http://www.mudi.uem.br/index.php?option=com_sectionex&view=category&id=9&Itemid=98 Acesso em: 20 jul 2012.

MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR (MUDI). O Auto Da Barca Do Fisco. Maringá. Disponível Em:

http://www.mudi.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79:o-auto-da-barca-do-fisco&catid=51:o-auto-da-barca-do-fisco&Itemid=98 Acesso em: 20 jul 2012.

SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSÁVEL (SER). O Auto Da Barca Do Fisco. Maringá. Disponível Em:

<http://sermaringa.org.br/projetos/educacao-e-cultura/27032009-o-auto-da-barca-do-fisco/> Acesso em: 20 jul 2012.